

O OLHAR DE ANTÔNIO CÂNDIDO SOBRE A VIDA POLÍTICA BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: OS (DES)CAMINHOS DA DEMOCRACIA

*Maria José de Rezende**

Resumo: Pretende-se analisar neste artigo a concepção de democracia que Antônio Cândido defendeu ao longo de seus textos. Para alcançar este objetivo faz-se necessário averiguar os seus escritos tanto das décadas de 1940 e 1950 quanto das décadas de 1980 e 1990. Será feita ainda uma comparação entre o seu modo de conceber a prática política democrática nos anos que antecederam o golpe militar de 1964 e o seu modo de discutir a transição democrática a partir da década de 1980. Buscar-se-á responder à seguinte questão: houve mudança, ao longo dos anos, no seu modo de conceber a democracia?

Palavras-chave: Democracia. Mudança. Transição. Ação política.

Abstract: It is intended to analyse in this article the democracy conception that Antônio Cândido defended in his texts. In order to achieve this purpose it is necessary to verify his writings not only in the 1940s and 50s but also in the 1980s and 90s. A comparison will also be made between his way of conceiving the democratic political practice in the years before the coup d'état of 1964 and his way of discussing the democratic transition from the 1980s on. It is our purpose to answer the following question: was there a change, along all these years, in his way of conceiving democracy?

Keywords: Democracy. Change. Transition. Political action.

INTRODUÇÃO

Antônio Cândido, nas décadas de 1940 e 1950, ao falar de democracia, que significado lhe dava? Tanto no que se refere à teoria quanto no que se refere a procedimentos políticos que sentido tinha esta em seus escritos? Verificar-se-á também, num segundo momento, se o seu modo de conceber a democracia sofreu ou não mudanças em suas análises sobre a transição política iniciada em 1985. As suas principais reflexões acerca da

* Professora de Sociologia/UEL, Doutora em Sociologia/USP

democracia dão-se em vista de duas transições: a iniciada em 1945 e a iniciada em 1985. São contextos históricos expressivamente distintos, por isso, há elementos políticos que foram tratados com maior ênfase na década de 1950 e há outros que ganharam mais relevância na década de 1980.

De que modo os desafios que se colocavam para a democracia nas décadas de 1940 e 1950 aparecem nas reflexões de Cândido acerca das décadas de 1980 e 1990? Nesse período após a ditadura militar, de que modo ele trata dos impedimentos e das dificuldades de construção de uma sociedade democrática? De que natureza eram esses impedimentos? Eram ou não da mesma natureza daqueles que estavam presentes em meados do século XX? De que maneira os desafios postos pelas conjunturas distintas levaram Antônio Cândido a problematizar a possibilidade de efetivação das duas transições políticas em que ele atuou como homem de ciência e de ação em razão de sua militância política?

Outras duas questões que estão na base das reflexões de Antônio Cândido são as seguintes: Que tipo de ação política ajudaria a impulsionar, naqueles dois contextos distintos (pós-1945 e pós-1985), a democratização do país? Que tipo de sensibilidade política ele constatava nos diversos grupos que se empenhavam na construção da democracia naqueles dois períodos denominados de transição? Na verdade, sua reflexão ambiciona apurar o modo como as forças sociais progressistas concebem o processo formador de agentes sociais capazes de ações políticas que levem à construção da democracia, a qual só seria possível se as diversas forças sociais pudessem enfrentar-se na arena política.¹

Em que medida, tanto em meados do século XX, quanto a partir de 1980, Antônio Cândido se mostrava preocupado com as seguintes questões: os setores progressistas (incluindo-se aqui todos aqueles que combatiam o personalismo, o oportunismo, o clientelismo, o populismo) estavam, de fato, agindo no intuito de formar um espaço público onde as diversas forças sociais pudessem se enfrentar? Ou seja, estavam eles preocupados com a formação de agentes sociais capazes de balizar a ação dos dirigentes governamentais e das lideranças da sociedade civil?

De antemão pode-se dizer que isto era o centro de suas discussões sobre a democracia na década de 1950, cabendo, então, verificar como tal questão aparece em suas reflexões sobre a transição democrática após 1985. Em que dimensão, o desafio da construção de sujeitos políticos capazes de intervir, de fato, na arena política fundamentava as suas preocupações com o processo político que se definia após a ditadura militar?

¹ Sobre esta questão, ver Rezende (2007).

I O CONTEXTO ANTERIOR A 1964: DE QUE DEMOCRACIA FALAVA ANTÔNIO CÂNDIDO?

O significado da democracia em Antônio Cândido tem de ser extraído de um emaranhado de posturas políticas com as quais ele esteve em contato desde 1940, por ocasião de sua condição de estudante na Faculdade de Direito e de Filosofia, ao mesmo tempo. Na entrevista concedida a Eder Sader e a Eugênio Bucci, em 1988, a qual foi publicada na revista *Teoria e debate* (CÂNDIDO, 1988, p.3), ele afirma que o seu envolvimento com a política se deu por influência de alguns amigos liberais² que faziam oposição ao Estado Novo (1937-1945). É interessante assinalar que, ao longo de suas atividades como homem de ciência e homem de ação,³ ele manteve o entendimento de que os segmentos médios progressistas liberais tinham um papel importante no processo de construção de uma sociedade democrática. E por quê?

O principal motivo dessa confiança nos ativistas liberais vinha exatamente do fato de que os liberais estavam numa frente de combate aos fascistas. A posição em favor de um socialismo democrático tinha na sua base a defesa da liberdade que está vinculada às revoluções liberais dos séculos anteriores. Nesse caso, no início da década de 1940, os liberais que combatiam toda forma de governo ditatorial não pareciam a Antônio Cândido, ao menos num primeiro momento, inimigos da democracia. Inimigos desta última eram os fascistas, os nazistas, os stalinistas e os integralistas.⁴ Em algumas entrevistas (1974, 1988), ele assinalava alguns elementos positivos das posições liberais no que tange à questão da democracia.

Ainda no terreno político, sentimos que a pequena burguesia – classe esmagada pela atual conjuntura econômica – pode tornar-se cada vez mais, no Brasil, uma aliada sincera e eficiente do proletariado nesta luta democrática pelo socialismo e a liberdade, na medida em que se intensificar a sua compreensão dos fenômenos sociais de que é protagonista (CÂNDIDO, 2002, p.345-6).

Cabe, no entanto, dizer que Antônio Cândido, além de considerar pos-

² Entre esses liberais ele cita Luis Arroba Martins, fundador do partido acadêmico O Libertador no início da década de 1940.

³ Na entrevista à Teoria & Debate, Cândido afirmava: “Não tenho vocação política. Para mim, a participação foi sempre um dever moral.” (CÂNDIDO, 1988, p.8).

⁴ No texto *Integralismo=fascismo?* Antônio Cândido promove uma discussão sobre alguns elementos que impulsionaram o integralismo, os quais somente podem ser decifrados se forem desvendados os principais traços do padrão de organização social e do padrão de domínio político vigentes no país. Os integralistas eram inimigos da democracia por reiterarem uma dada cultura política assentada numa tradição paternalista e instintivamente conservadora. O ódio ao adversário temperado com a busca de manutenção de uma devoção religiosa exaltada por um medo absoluto do comunismo ajudava também na composição de uma fórmula essencialmente antidemocrática (CÂNDIDO, 1992a, p.110-1).

sível o desenvolvimento, por parte da pequena burguesia, de ações políticas favoráveis à democracia, ele estava se referindo também a uma positividade, para a causa da democracia, do humanismo liberal. O dado mais importante é que isso não significava endosso irrestrito aos grupos políticos que se autodefiniam como liberais. Muitos dos humanistas, os quais ele considerava democratas, não tinham sequer atividade política e/ou filiação a grupos políticos.⁵

Havia, então, necessidade, no início da década de 1940, de valorizar tanto o humanismo liberal, que não possuía filiação a grupos políticos, por seu compromisso com a liberdade, numa era em que mais e mais se subtraíam os direitos e as liberdades individuais, quanto os liberais que combatiam, por meio de ações contundentemente críticas, o Estado Novo. Não se pode esquecer que na entrevista a José Pedro Renzi, em 1994, ele deixou claro que concebia os oposicionistas liberais do Estado Novo como aliados na luta em favor da democracia. Tanto que a Esquerda Democrática,⁶ da qual ele fazia parte, aliou-se àqueles últimos formando uma Frente de Resistência (CANDIDO, 2006, p. 12).

Comentando o *I Congresso Brasileiro de Escritores*, ocorrido no início da década de 1940, Antônio Cândido (1992) afirmava que este era

uma tentativa de conagração de todos os opositores do Estado Novo, passando por cima das divergências não apenas entre esquerda e liberais, mas dentro da esquerda, o que geralmente é mais difícil (...). Foi, essencialmente, um movimento de frente única das diversas correntes, com um senso de entendimento mútuo que levou quase toda a gente a entrar em compasso de trégua e até reconciliação, havendo muito aperto de mãos entre desafetos e acordos de paz para velhas brigas. O essencial era unir taticamente as forças contra a ditadura. (CANDIDO, 1992, p.98-9).

A conjunção de interesses díspares parecia a Antônio Cândido a forma possível de implementar uma luta consistente contra a ditadura do Estado Novo, a qual restringia drasticamente

a liberdade de opinião, com censura total da imprensa, punições para discordâncias públicas, repressão contra os opositores ativos, demissões e aposentadorias dos inconformados, tribunais de exceção, tortura (incipiente), confisco de livros, hipertrofia do conceito de segurança, transformada em palavra-chave e onímoda. Como não havia Senado, Câmara nem Assembléia, dissolvidas pelo golpe de 10 de novembro daquele ano, o arrocho era completo. (CANDIDO, 1992, p.98).

O I Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido em janeiro de 1945,

⁵ Ele afirmava que os professores franceses da Faculdade de Filosofia eram, em muitos casos, liberais ou esquerdistas, o que favorecia a existência de um ambiente dotado de um espírito radical (CANDIDO, 1988, p.7). Sobre o pensamento radical de A Cândido, ver Martínez (1992).

⁶ Em 1947, a ED (Esquerda Democrática) mudou o nome para PSB (Partido Socialista Brasileiro).

simbolizava para Cândido uma forma possível, naquele momento, de luta pela democracia, não somente pelo fato de que, durante o Estado Novo, a própria palavra democracia era considerada subversiva pelos dirigentes, mas também pela forma como as diversas forças (conservadores, opositores e esquerdistas de todos os matizes) se punham numa luta aberta em favor da legalidade democrática que se traduzia em garantias de liberdade de expressão, de pensamento, de culto e de vigência de sistema de governo eleito pelo povo.

Ao analisar as discussões de Cândido sobre a *Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores*, fica clara a sua concepção de democracia. Esta tinha como ponto de partida, segundo ele, a completa garantia das liberdades políticas e individuais. A liberdade de pensamento, de expressão, de associação política, de fazer oposição aos governantes instituídos, de ação com vistas a implementar eleições respaldadas no sufrágio universal e no exercício da soberania popular, estava na base do que Antônio Cândido entendia por instauração da democracia no país.

A luta pela implementação da democracia, dizia Cândido, exigia a conciliação de inúmeras forças políticas. Qualquer grupo que tentasse agir isoladamente depararia com dificuldades quase intransponíveis. Os indivíduos que subscreveram *O Manifesto do Povo Mineiro* e o *Manifesto dos Estudantes*, ambos de 1943, sofreram uma brutal repressão.⁷ Isso mostra que a conjuntura política era muito difícil, tornando necessária a união de forças distintas em busca de um objetivo comum: a instauração da legalidade democrática.

Na primeira metade da década de 1940, a aproximação da Esquerda Democrática com os liberais era parte de um movimento tático que levou, mais tarde, a uma outra aliança, ou seja, aquela que foi estabelecida com a UDN.⁸ O fato de a Esquerda Democrática, formada pela União Democrática Socialista⁹ (UDS) e pelos comunistas dissidentes, ter se aproximado dos liberais¹⁰ produziu inúmeras consequências para o próprio embate a favor da democracia. Em torno da questão de saber se foi ou não um erro

⁷ Os signatários do *Manifesto do Povo Mineiro* foram “punidos com a perda de cargos e funções”. Os do *Manifesto dos Estudantes* “foram dispersados a tiros, resultando na morte de duas pessoas e ferimento em vinte e cinco.” (CANDIDO, 1992, p. 101).

⁸ União Democrática Nacional.

⁹ Da esquerda paulista faziam parte os membros da UDS (Antônio Cândido, Antônio Costa Correia, Azis Simão, Febius Gikovate, Paulo Emílio Salles Gomes e Renato Sampaio Coelho) e os comunistas dissidentes, tais como Caio Prado Júnior e Tito Batini.

¹⁰ Magalhães Pinto pertencia à elite liberal que assinou o *Manifesto do Povo Mineiro*, de 1943. Esse documento foi, conforme diz Maria Victória Benevides, de grande importância para o fim do Estado Novo (BENEVIDES, 1981, p.34). Destaque-se que Magalhães Pinto, um udenista histórico, que havia assinado esse manifesto contra a ditadura de Vargas, foi um dos signatários do Ato Institucional n.5, de dezembro de 1968, que dava todas as prerrogativas para que o regime militar enfeixasse em suas mãos poderes ditatoriais.

tático da Esquerda Democrática essa aproximação com os liberais, surgiram muitas controvérsias. Antônio Cândido em suas entrevistas sobre essa aproximação mostra uma posição que difere até mesmo da de Paulo Emílio Salles Gomes. Este último, quando entrevistado por Maria Victória Benevides (1981, p.49), afirmava que a Esquerda Democrática

“tornou-se a linha de apoio da União Democrática nacional (UDN), mas desde o princípio não acreditei na possível convergência. A idéia democrática do pessoal udenista era facciosa: não se podia atacar uma reunião de integralistas, pelo respeito aos direitos democráticos, mas, quando houve perseguições às esquerdas depois da queda de Getúlio, muitos desses mesmos liberais ficaram de acordo. A consciência dos privilégios classistas era odiosa. [...] A esquerda democrática acabou sendo o último vínculo da esquerda socialista com os aliados liberais da primeira hora. Participamos, com a UDN, da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência, o que foi uma tremenda burrice, um verdadeiro erro histórico [...]”¹¹ Ideologicamente, o brigadeiro foi um desastre. Seu anticomunismo virulento atraía as simpatias dos setores mais direitistas, embora em 1945 a UDN tenha preferido o apoio da Esquerda Democrática e não dos integralistas” (SALLES GOMES apud PONTES, 1998, p.270).

Numa entrevista (2006), Antônio Cândido, de certa forma, parece não concordar totalmente com a análise feita por Paulo Emílio Salles Gomes¹² no que tange ao rechaçamento absoluto daquela aproximação entre a esquerda democrática e a UDN. Detecta-se uma divergência entre os dois no que se refere à análise daquela aliança. Paulo Emílio Salles Gomes fez, na entrevista concedida a Maria Victória Benevides (1981), uma reflexão calcada nos efeitos nefastos dessa aliança do ponto de vista político-ideológico, enquanto Antônio Cândido chama mais a atenção para o caráter pragmático. Os fins eram eleitorais e visavam eleger indivíduos capazes de continuar a luta pelo desmantelamento do Estado Novo. A UDN era o partido de oposição e daí a necessidade imperiosa de apoiar, naquele momento, o gal. Eduardo Gomes contra o gal. Eurico Gaspar Dutra (CANDIDO, 2006, p.13).

É interessante destacar que Cândido não afirma, como faz Paulo

¹¹ Maria Victória Benevides afirma: “em torno de uma candidatura às eleições ainda hipotéticas forma-se um partido político, ao inverso da tradição, ou seja, surgir um candidato de um consenso partidário” (BENEVIDES, 1981, p. 24).

¹² Um dos principais militantes da esquerda democrática. Paulo E. Salles Gomes teve grande influência política sobre A. Cândido. Aquele primeiro tecia críticas contundentes à filiação de parte da esquerda brasileira ao stalinismo e ao trotskismo. “Foi certamente ele que me levou a não ficar nem stalinista nem trotskista, mas aceitar a posição preconizada por Paulo, de um socialismo democrático desinteressado das Internacionais, procurando soluções adequadas ao país, empenhado na luta contra o fascismo, porque esta era a manifestação contemporânea do cesarismo oposto à tradição humanista, que provinha do cristianismo por meio das revoluções dos séculos XVIII, XIX e XX” (CANDIDO, 1988, p. 5).

¹³ Paulo Emílio Salles Gomes foi para a Europa em 1946 só retornando em 1954. Após sua volta ao Brasil não mais militou em qualquer organização política.

Emílio Salles Gomes,¹³ ao menos nas entrevistas (2006, 1988, 1974) que foram analisadas para a consecução deste artigo, que a aliança – com a UDN que apoiava Eduardo Gomes para a Presidência da República – foi um erro histórico. A esquerda democrática não teria sido, então, a “esquerda” da UDN; houve, todavia, a necessidade, para fins eleitorais, do estabelecimento de chapas comuns. Porém, Cândido parecia não ter muitas ilusões quanto aos desdobramentos das ações políticas em razão dessa aliança. Se, até mesmo, no interior da própria esquerda democrática os desdobramentos políticos haviam-se revelado muito difíceis, imagine-se, então, quais não seriam as dificuldades em relação às ações dos múltiplos agrupamentos que constituíam a UDN.

Em São Paulo, por exemplo, fizemos chapa comum de deputados federais, UDN-PR-ED, isto é, União Democrática Nacional, Partido Republicano e Esquerda Democrática. Nós tínhamos três candidatos nessa chapa, um dos quais era Germinal, mas nenhum foi eleito. No Rio foram eleitos três, que, ao assumirem as cadeiras no Congresso, anunciaram que se constituíam em agrupamento independente. (CANDIDO, 2006, p.13).

Salles Gomes afirma na entrevista a Maria Victória Benevides (1981, p.49) que, politicamente, o apoio ao Gal. Eduardo Gomes era apenas uma esperança. Para Cândido também o era. Aliás, na entrevista a Teoria & Debate, em 1988, a própria aproximação com a UDN era a síntese de uma esperança: a de democratização do país. Caio Prado Júnior também deixava evidente, já em 1945, que a união em torno da candidatura oposicionista era uma necessidade e uma tentativa de viabilizar “o restabelecimento da democracia e das liberdades públicas” (PRADO JUNIOR apud PEREIRA DA SILVA, 1945, p. 184).

As falas de Paulo Emílio Salles Gomes, de Antônio Cândido e de Caio Prado Júnior¹⁴ acerca dos acontecimentos políticos que levavam à necessidade de formação de uma frente de oposição ao Estado Novo e a todas as suas heranças institucionalizadas, iam sempre no sentido de atestar a necessidade de impulsionar, pelos caminhos possíveis naquela conjuntura, um processo que se abria para a efetivação de ações favoráveis à democracia.¹⁵ Tinha-se um espaço aberto para as pejejas políticas em favor das

¹⁴ Caio Prado Jr. não chegou a entrar na UDN, mas apoiou a candidatura de Eduardo Gomes à Presidência. Ele sabia que o General que disputava com Dutra era um anticomunista virulento e também pouco afeito a discutir questões políticas concretas. Por isso, para Prado Jr, não havia outra saída, naquele momento, senão tentar realizar uma unidade nacional em favor do restabelecimento da democracia. Sobre isto ver a entrevista de Prado Júnior em Benevides(1981, p. 38).

¹⁵ “O Paulo Emílio e o Germinal entraram nas conversas de formação da UDN, nome dado por Caio Prado Jr. Para indicar a amplitude da aliança entre os diversos setores oposicionistas. Naquela altura todo mundo se dizia meio socialista (...). Mas na hora do ‘vamos ver’ os comunistas independentes voltaram para o seu partido, os liberais foram para a UDN e nós sobramos.” (CANDIDO, 1988, p. 8).

liberdades públicas. Mas, como todo espaço de luta, de embate, de divergências, de convergências, os resultados eram indefinidos quanto ao estabelecimento de procedimentos políticos que, de fato, conduzissem o país à democracia.

Enquanto o ideário de democracia permanecia no terreno dos valores, das idéias, a aproximação entre a esquerda democrática e os liberais parecia frutífera. No entanto, no momento em que as ações políticas tinham que mostrar efetividade na defesa de procedimentos que garantissem a restauração da legalidade democrática, ia ficando evidente o quão difícil era contar com uma parte expressiva daqueles que se haviam juntado em torno do Gal. Eduardo Gomes, o qual se mostrou “um reacionário quanto às liberdades democráticas que nós queríamos. Por exemplo, ele divergia da ênfase que dávamos à anistia aos presos políticos, insistindo que o importante era defender a idéia da federação” (GOMES apud BENEVIDES, 1981, p.49).

Ressalte-se que as pelepas em torno dos caminhos que as forças progressistas deveriam seguir, visando construir espaços de luta nos quais fossem expandidas as ações dos diversos segmentos sociais excluídos da arena política, tiveram continuidade ao longo da década de 1950. A análise em profundidade das posturas críticas de alguns homens de ciência e de ação (Caio Prado Jr., Antônio Cândido, Paulo Emílio Salles Gomes, Sérgio Milliet, entre outros)¹⁶ – que foram os ícones dessas forças progressistas e radicais – deixa evidenciada a labuta a que eles se submeteram para encontrar caminhos capazes de construir, no país, uma sociedade mais igualitária, mais inclusiva e, portanto, democrática.

No Brasil, na década de 1950, a radicalidade crítica assentava-se na canalização de atitudes (entendidas como a disponibilidade para um agir em razão de determinados valores) e de ações questionadoras do oligarquismo e da exclusão. A luta pela implementação da democracia, por parte desse grupo que defendia a equalização entre socialismo e democracia, tinha essa característica de radicalidade. Antônio Cândido faz a seguinte afirmação:

(...) em países como o Brasil o radical pode ter papel transformador de relevo, porque é capaz de avançar realmente, embora até certo ponto. Deste modo pode atenuar o imenso arbítrio das classes dominantes e, mais ainda, abrir caminho para soluções que, além de abalar a rija cidadela conservadora, contribuem para uma eventual ação revolucionária. Isso porque nos países subdesenvolvidos, marcados pela extrema desigualdade econômica e social, o nível de consciência

¹⁶ Antônio Cândido afirma que “o ato crítico é a disposição de empenhar a personalidade, por meio da inteligência e da sensibilidade, através da interpretação das obras, vistas sobretudo como mensagem de homem a homem. O ato crítico se beneficia com a sistematização teórica, mas não se confunde com ela, nem um substitui o outro. A obra de Sérgio Milliet (1981) foi um grande ato crítico.” (CANDIDO, 1989, p.130).

política do povo não corresponde à sua potencialidade revolucionária. Nessas condições o radical pode assumir papel relevante para suscitar e desenvolver esta consciência e para definir as medidas progressistas mais avançadas no que for possível. Digamos que ele pode tornar-se um agente do possível mais avançado. Portanto, no que tem de positivo o radical serve à causa das transformações viáveis em sociedades conservadoras como a nossa, cheias de sobrevivências oligárquicas, sujeitas ainda por muito tempo à interferência periódica dos militares. O radicalismo seria um corretivo da tendência predominante nessas sociedades, que consiste em canalizar as reivindicações e as reformas, deformando-as por meio de soluções do tipo populista, isto é, as que manipulam o dinamismo popular a fim de contrariar os interesses do povo e manter o máximo possível de privilégios e vantagens das camadas dominantes. (CÂNDIDO, 1990, p.5).

No documento intitulado *Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado* (2002b), o qual foi publicado originalmente no folheto *Posições Socialistas* (1949), há muitas afirmações que elucidam a concepção de democracia do grupo do qual fazia parte Antônio Cândido. De forma semelhante ao entendimento de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1987), os integrantes desse grupo afirmavam que ser democrata, nas condições brasileiras, era ser radical. Isso porque toda atitude democrática teria que enfrentar uma gama de interesses petrificados sob bases políticas extremamente conservadoras e oligarquizadas.

No tocante a procedimento político, essa radicalidade expressava-se como um combate intermitente contra todas as formas de personalismo, de clientelismo, de populismo. Todas as atitudes que viessem corroborar esses traços da vida política nacional tinham de ser rechaçadas. Antônio Cândido subscrevia as ações do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que, por questões de ordem prática, necessitava aliar-se ora ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – como no caso da luta pela anistia dos presos políticos, pela questão do petróleo – ora a partidos burgueses, como era o caso das alianças eleitorais com a UDN na luta contra os remanescentes do Estado Novo.

Antônio Cândido afirmava que o Partido Socialista Brasileiro, no seu empenho pela manutenção da democracia recém-implantada, mesmo aliando-se a esses partidos em determinadas conjunturas, não se eximia de tecer, contra eles, todas as críticas que se fizessem necessárias. Isso indicava que a luta pela democracia não podia significar adesismo de qualquer natureza. As diversas forças políticas, principalmente as organizadas em partidos, deveriam colocar-se no espaço público com o intuito de esclarecer as convergências e as divergências em torno de programas, de propostas políticas. A construção da democracia só seria efetiva se as composições não significassem concessões negadoras dos princípios políticos que norteavam as diversas agremiações.

¹⁷ Manoel Bomfim afirmava que “transigir, dissimular, abjurar, desprezar princípios, sacrificar a pátria por motivos pessoais” (BOMFIM, 1931, p.142) era a essência da política brasileira.

Numa sociedade em que não se admite, conforme afirmava Manoel Bomfim em *O Brasil Nação*¹⁷ (1931), qualquer outra forma de agir politicamente senão a do adesismo e a das articulações personalistas, era evidente que a postura propagada por Antônio Cândido à frente da Esquerda Democrática, num primeiro momento, e do PSB, num segundo, soava como algo expressivamente incômodo até mesmo para alguns setores da esquerda que agiam embalados por uma “mistura de stalinismo, oportunismo e misticismo caboclo” (CANDIDO, 2002, p.341).

Esse modo de agir calcado ao mesmo tempo em oportunismos e adesismos e na defesa de práticas totalitárias era, segundo Cândido, esmagador da democracia e das próprias lutas sociais, as quais embasavam o aprofundamento de práticas sociais mais inclusivas e de procedimentos cada vez mais democráticos. Toda e qualquer concepção socialista e democrática deveria, assim, recusar a idéia de que havia uma elite dirigente e vanguardista de esquerda que deveria dirigir a massa a um estado de consciência revolucionária. Segundo ele, a militância junto aos operários (como, por exemplo, junto ao Sindicato dos Gráficos) revelava que os proletários possuíam uma “admirável consciência de classe (...) capaz de servir de base às conquistas mais fundamentais do socialismo”¹⁸ (CANDIDO, 2002b, p. 362). As práticas do adesismo, do populismo e do personalismo ganham reforço em condições em que se desconfia da capacidade crítica das massas trabalhadoras. Sem impulsionar as lutas sociais não haveria o fortalecimento das demandas na arena política e, assim, não seria possível sequer manter a precária democracia existente na década de 1950.

Em relação aos procedimentos partidários, o documento intitulado *Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado* (2002b), que Antônio Cândido subscreveu, oferece também elementos importantes para compreender a sua concepção de democracia. A prática política partidária somente contribuiria para o aprofundamento do processo democrático se prevalescesse a independência entre os partidos que se enfrentavam no campo político e no campo parlamentar. Em alguns momentos faz-se necessário compor forças, mas isto não significa fazer concessão de princípios. A independência partidária exige que se travem oposições “mesmo quando se articula (...) em questões práticas” (CANDIDO, 2002b, p. 363).

O caminho para a construção da democracia era longuíssimo no Brasil - isso era evidente nas décadas de 1940 e 1950 - constatava Cândido. No campo das ações políticas seria possível compor forças com certos partidos, mesmo que entre eles houvesse muitas diferenças? Sim, mas mantendo muitas restrições. Porém, era necessário distinguir as forças políticas

¹⁸ Segundo Antônio Cândido, a leitura adequada da realidade brasileira indicava que a transformação social teria de ser pensada como “inseparável das soluções socialistas” (CÂNDIDO, 2001, p. 35).

partidárias, com as quais havia possibilidade de composição, daquelas com as quais não era possível qualquer colaboração, qualquer aproximação.

Naquela conjuntura, 1949, ele citava o PRP (Partido da Representação Popular), composto pelos integralistas, como um partido com o qual as forças socialistas não podiam aceitar qualquer composição. Todavia, no item 10 do documento, de 1949, intitulado *Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado*, o PSB fazia questão de deixar bem claro que sabia o que era o PSD (Partido Social Democrático), que era denominado de baluarte reacionário no seio da burguesia, a UDN (União Democrática Nacional), que não era outra coisa senão instrumento da burguesia liberal, e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que era a fina flor do oportunismo reacionário e populista. Nenhum deles merecia a confiança popular. Obviamente, sobrava muito pouco para operar uma composição de forças, quando necessário. No início da década de 1950, no campo da atividade parlamentar, só era possível aos socialistas (PSB) compor com o PCB.

O PS cresceu um pouco nos anos 50 chegou a ter uma bancada numerosa na Câmara dos Deputados. Diz-se que ele não era nada. Não é verdade. Poder nunca teve, mas teve certa projeção e foi responsável por iniciativas importantes. Fomos nós que lançamos a campanha do petróleo. Os comunistas no começo eram contrários, porque a Rússia era aliada dos EUA e eles não queriam mexer com as multinacionais. No caso do petróleo eles só apoiaram quando começou a guerra fria (...), mas aí, honra seja feita, tomaram o pão na unha e realizaram uma campanha monumental, como nós seríamos incapazes de fazer. (CANDIDO, 1988, p.12).

Resta, então, esclarecer o seguinte: De que modo a concepção de democracia que Antônio Cândido subscrevia, no âmbito de suas ações políticas partidárias, refletia os princípios da democracia liberal? Examinando-se seus diversos textos e entrevistas, percebe-se que ele entendia a democracia burguesa como um conjunto de conquistas que estava na base da democracia socialista. A vigência da legalidade democrática, do Estado democrático, dos espaços políticos norteados pela liberdade de expressão e de crença política, das garantias constitucionais etc. era tida como essencial para alcançar o próprio socialismo. Antônio Cândido subscrevia a seguinte posição veiculada em *Posições Socialistas*, num folheto do PSB:

O Partido Socialista Brasileiro se propõe a lutar nos quadros da democracia burguesa, procurando liquidar, nela, as ameaças totalitárias e as escamoteações conservadoras. Sabe que a liberdade burguesa é em grande parte fictícia, mas que é um mínimo passível de ampliação por meio da luta diária, da doutrinação e da atividade legal; um mínimo que importa preservar em nossos dias de preservação do sentimento da liberdade, para que, fiel ao nosso programa de Socialismo e Liberdade, possamos atingir a democracia socialista, com o fim da exploração do homem pelo homem. (CANDIDO, 2002b, p.364).

Celso Lafer (1992, p.272) afirma que

a defesa dos valores democráticos de cunho liberal como caminho de resistência à opressão é, em Antônio Cândido, uma oposição substantiva e não uma postura tática – pois estes valores são por ele percebidos e avaliados politicamente como uma conquista da humanidade, ou seja, são valores gerais, que vão além de sua matriz inicial: a civilização burguesa.

Todavia, não se pode esquecer que, pelas vezes, o apreço às conquistas democráticas parece ser, nas falas de Cândido, somente instrumental.

No artigo *O parlamentarismo* (2002c), publicado na *Folha Socialista* em 1953, ele afirmava que, como socialista, ele estava interessado em que o governo burguês garantisse as condições para a militância e para as reformas que se faziam necessárias naquele momento. Em momentos como esse, ele parecia operar com a mesma equalização, feita por outros segmentos de esquerda, entre democracia e capitalismo, entre democracia e classe burguesa. Ou seja, a defesa da democracia parecia, na verdade, a defesa de espaços para superar a democracia burguesa. Não fica esclarecido se o governo popular e socialista – que representava uma reforma de conteúdo e não somente de forma política – se empenharia arduamente na defesa dos valores democráticos. Estes últimos, em alguns momentos, parecem atrelados a uma ordem social que deveria ser superada. Em um texto intitulado *Sobre violência*, de 1991, ele assim se expressava: “Disse, por fim, que, no entanto, não me parece haver no Brasil condições para a via revolucionária, e que a opção é atuar democraticamente a fim de conseguir o que for possível.” (CÂNDIDO, 1991, p.3).

Diante do Estado Novo, as posturas de Antônio Cândido pareciam mais incisivamente voltadas para a defesa da legalidade democrática e de todas as conquistas desta. Observa-se, porém, neste texto *O parlamentarismo*, de 1953, que a idéia de democracia aparece enfraquecida por uma percepção da vida política quase que conectada inteiramente a um determinismo econômico. Ou seja, os problemas políticos estavam condicionados pela esfera econômica, principalmente. Ele afirmava:

Para o socialista, o atual regime é mau, não por causa da forma de governo, mas do seu conteúdo. Por outras palavras, é mau devido a uma errada organização da produção e da distribuição, que gera desigualdade entre as classes, ressaltando daí reajustamentos que desvirtuam a vida social e bloqueiam as melhores possibilidades de realização humana dos grupos. De tudo resulta ineficácia e injustiça, ou sejam, contradições no plano prático e imoralidade no plano ético. (CÂNDIDO, 2002c, p.366).

Em alguns textos de Cândido era possível identificar uma separação entre democracia e ordem burguesa. Mas isso não ocorre, porém, em todos os momentos, em todas as conjunturas. A equalização entre democracia e capitalismo impunha, às vezes, limites rígidos àquela primeira. Ele recorria

pouco ao debate sobre a não-equalização entre capitalismo e democracia que ganhou terreno a partir da década de 1920. Na década de 1950, as posturas de Cândido pareciam aprisionadas entre aquelas posturas políticas (teoria liberal,¹⁹ teoria leninista) que circunscreviam a democracia a uma lógica puramente burguesa e às que tentavam decifrar o significado da democracia na passagem ao socialismo²⁰ (Kautsky, Bernstein, Max Adler, Rosa Luxemburgo, A. Gramsci, entre outros) e assim operar uma distinção entre capitalismo e democracia.

Não tomar a democracia nem como apêndice do capitalismo, nem como apêndice do socialismo era o grande desafio que instigava os debates acerca das mudanças políticas na década de 1950 no Brasil e no mundo. Sobre esse problema revolvem-se as reflexões de Antônio Cândido, não somente em meados do século XX, mas também nas décadas de 1980 e 1990. Há um texto intitulado *Sobre violência*, o qual foi publicado na *Folha de S. Paulo*, em 1991, em resposta ao artigo *Descaminhos da esquerda*, de Miguel Reale (1991), em que Cândido luta bravamente para operar com uma perspectiva democrática e socialista ao mesmo tempo. Isso era feito de maneira que a junção do socialismo e da democracia não ganhasse uma conotação postiça, conforme aparece no texto do jurista acima citado, o qual defendia, nesse artigo, um necessário comprometimento com os valores universais da liberdade e da igualdade de todos perante a lei, mas pouco convincente em razão de sua adesão ao golpe militar de 1964,

quando impecáveis liberais, amantes da pureza democrática, cultores da lei o estimularam e a ele aderiram com entusiasmo. Dele participou o professor Miguel Reale, como membro do governo do Estado de São Paulo, e lembro de tê-lo ouvido pelo rádio, na noite sinistra de 31 de março, comunicar a eclosão e fazer a apologia do movimento armado com um flama que, esta sim, parecia caracterizar quem levanta bandeiras. Ora, naquele momento, estaria ele convencido de que praticava uma ação democrática, legal e sem violência? (CANDIDO, 1991, p.3).

Nesse texto, Antônio Cândido está chamando a atenção para um dado importante: a idéia de democracia propalada por alguém que apoiou uma ditadura é, no mínimo, insustentável. Pode-se dizer, então, que a superação de uma noção abstrata de democracia como sinônimo de liberdade e de igualdade tem que ser desfeita em razão dos procedimentos políticos. Dizer-se amante da liberdade e da igualdade e ao mesmo tempo apoiar, pelo

¹⁹ Celso Lafer afirma que o resgate de Cândido sobre o radicalismo (1990) corresponde à aspiração do socialismo liberal, tal como formulado por Rosselli e desenvolvido por Bobbio, a saber, a de que existe uma afinidade profunda entre liberalismo e socialismo, na medida em que o socialismo aspira a mais liberdade e menos privilégio, pois é em nome da liberdade (...) que os socialistas lutam pela igualdade."(LAFER, 1992, p.292).

²⁰ Não é possível, no âmbito deste artigo, entrar neste debate que está sistematizado na coletânea *História do marxismo*, organizada por E. Hobsbawm (1989).

procedimento, uma ditadura, seja ela de qualquer tipo, é um contra-senso.

Observe-se, no entanto, que a dificuldade em pensar a democracia com base em procedimentos políticos que sirvam de antídoto a formulações puramente formais e abstratas, é própria não somente de setores conservadores, mas também de segmentos progressistas. No final da década de 1940 e no início da de 1950, como já foi apontado anteriormente, Antônio Cândido se empenhava na defesa de procedimentos políticos reiteradores da democracia, o que não quer dizer que ele conseguiu responder, nesse texto de 1991 intitulado *Sobre violência*, a todos os desafios de combinar o socialismo e a democracia. Mas não se deve supor que ele tivesse de responder a desafios dessa grandeza.

Se a democracia é incompatível com o capitalismo, como torná-la compatível com o socialismo? Ele afirma que a refutação da violência, de toda e qualquer natureza, teria de estar na base desta compatibilidade. O pluripartidarismo, a liberdade de imprensa e a não-imposição “de critérios estreitamente utilitários à arte e à cultura” (KONDER, 1992, p.321) dariam substancialidade ao convívio democrático numa possível sociedade socialista.

Tanto a refutação da violência quanto a defesa do pluripartidarismo são, às vezes, frágeis em Antônio Cândido. Na entrevista à *Teoria & Debate*, de 1988, ele afirmava que supunha a necessidade, numa sociedade revolucionária, de

haver licença para o funcionamento de todos os partidos democráticos e não para os que têm intuito restaurador. A liberdade será construída dentro de algumas violentas negações. O partido único é horrível, mas até ele é aceitável se for para promover uma verdadeira construção do socialismo. (...) Não é uma boa solução mas é admissível. (...) Mas o fato é que estou preparado para aceitar uma sociedade onde haja restrições provisórias à liberdade, inclusive de pensamento, se isso for indispensável para se chegar à justiça social e a verdadeira democracia (CÂNDIDO, 1988, p. 17).

Sobressai no pensamento de Cândido a defesa da liberdade, da democracia. Em muitos momentos, ele faz uma defesa exacerbada do respeito à diferença como um traço fundador de uma sociedade socialista. Todavia, ele tenta combinar esse caráter transigente com outros traços intransigentes que o processo de mudança social poderia desencadear. Ele diz que, em princípio, é contra a luta armada, por exemplo, mas se ela estivesse baseada numa concepção revolucionária adequada seria aceitável. “Em resumo, aceito plenamente a violência revolucionária se ela for necessária.” (CÂNDIDO, 1988, p.16).

Cândido não discute profundamente quais são as implicações da subtração das liberdades de organização partidária, da diversidade de opinião, das garantias constitucionais, dos procedimentos democráticos etc., no decorrer dos processos revolucionários. Que garantias haveria de que tais

intransigências seriam removíveis com a plena instalação do socialismo. Em qual estágio era possível dizer que o socialismo estaria sedimentado? E como essa sedimentação levaria à implantação de procedimentos democráticos e constitucionais?

As reflexões de Cândido punham em relevo a necessidade de que fosse retomado o debate sobre socialismo e democracia feita pela social-democracia clássica²¹ que floresceu na primeira metade do século XX. Suas reflexões também acabavam por não se ater, satisfatoriamente, às próprias dificuldades de articular o âmbito socioeconômico com o político-institucional nesse processo de junção do socialismo e da democracia. Não é possível supor que Cândido tivesse que desembaralhar essa questão arduamente discutida por inúmeros intelectuais (ADLER, 1945; 1970; TELO, 1987; HOBBSAWN, 1978; ZANGHERI, 1989; MARRAMAO, 1989; COLE, 1959; TOGLIATTI, 1980), todavia, sua insistência na viabilidade de um socialismo democrático exigia o enfrentamento dos debates sobre a forma de articular procedimentos democráticos e procedimentos construtores do socialismo.

2 TRANSIÇÃO E DEMOCRACIA: O PERÍODO PÓS-DITADURA MILITAR

Em entrevista, em 1988, Antônio Cândido afirma que no ano de 1968 ele se envolveu, novamente, depois de afastado da militância por alguns anos, em várias atividades políticas. Na base de suas ações estava a preocupação com as garantias de direitos. Essa preocupação foi ainda mais acentuada pela experiência obtida nos EUA, onde lecionou no primeiro semestre de 1968 e presenciou uma luta aguerrida de professores e alunos em defesa de vários direitos.

Nesse momento, estando o país em plena ditadura militar e a caminho de endurecer ainda mais a repressão política com o AI-5 – que entrou em vigor em dezembro de 1968 – toda e qualquer luta por direitos foi duramente reprimida. Não havia garantia de quaisquer direitos, por isso os anos subsequentes foram marcados pelo empenho das forças progressistas em abrir caminhos por onde pudessem desenrolar ações questionadoras do amordaçamento imposto à sociedade civil pelo regime de exceção em vigor.

As atividades das quais participava, tais como reuniões, passeatas,

²¹ “É bom lembrar que “social democracia” já foi expressão nobre no universo das lutas sociais, pois se caracterizou por atividades políticas fecundas e conquistas espetaculares no sentido de arrancar do capitalismo o que exigiam os trabalhadores organizados. Isso se deu sobretudo na Europa, com ponto alto nos países de língua alemã. Depois, lá mesmo, foi ficando uma espécie de ‘amaciador’ das relações entre capital e trabalho, perdendo muito da radicalidade. No Brasil, foi sempre um conceito comprometido, desde que em 1945 Getúlio Vargas o utilizou para denominar um partido de direita marcado pela sinuosidade tática e a capacidade infinita de negociar.” (CÂNDIDO, 2001, p.5).

seminários eram, segundo ele, uma extraordinária experiência democrática, já que as questões reivindicadas naquela ocasião possibilitavam estabelecer conexões com problemas que eclodiam em várias partes do mundo. O desafio premente que estava na ordem do dia, no Brasil e no mundo, era: Que caminhos deveriam tomar o ensino e a ação política? E por que o ano de 1968 teria sido fundamentalmente importante para aqueles que estariam nos anos subsequentes envolvidos, novamente,²² na batalha da democratização?

(...) Em 1968 eu e meus velhos companheiros vimos que se tornaram banais certas posições que tínhamos assumido desde o começo dos anos 40 e nos valeram ataques e marginalização. Assim é que foi superada a idéia de partido monolítico, de fidelidade mecânica aos interesses russos, de marxismo como dogma intangível. Ali nasceram os germes de novas concepções dos agrupamentos políticos, que no futuro se tornariam atuantes. Concepções segundo as quais o partido deixa de ser uma camisa de força para tentar definir uma organização humana e aberta. Mas antes disso ainda houve muito descaminho e muita tragédia. (CANDIDO, 1988, p.13).

Antônio Cândido chama a atenção para a emergência de uma outra perspectiva de esquerda que desaguaria na criação do Partido dos Trabalhadores no início da década de 1980. Esse novo olhar que os segmentos radicais lançavam, a partir de então, à vida política era considerado, por ele, de grande significado. Conforme foi demonstrado anteriormente, ele era, desde a década de 1940, um ferrenho crítico da fidelidade mecânica aos interesses da URSS, do partido como camisa de força, do autoritarismo, do sectarismo e do oportunismo de parte da esquerda brasileira etc.

O delinear, no horizonte, de uma renovação da esquerda ter-se-ia dado a partir de 1976/1977, quando um grupo bastante heterogêneo dentro de um amplo leque de forças progressistas teria decidido pensar na possibilidade de criar um novo partido de esquerda.²³ Contudo, Antônio Cândido esclarecia que não partilhava da idéia de que havia total impossibilidade de se posicionar dentro do exíguo quadro partidário (Arena e MDB) em vigor na ditadura militar. Sendo contrário ao voto em branco, ele defendia o voto no MDB que possibilitava a junção de amplas oposições, até mesmo as de esquerda. Ele dizia que participava no grupo que formaria o PT, mas que não descartava a importância do MDB no processo oposicionista ao regime

²² Novamente, já que Antônio Cândido e outros estiveram envolvidos na batalha pela transição democrática na década de 1940.

²³ Entre eles estavam: Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Plínio Sampaio, Febus Gikovate, Costa Correia, Antônio Cândido, José Serra, Lula, Antonio Resk, José Gregori, Paul Singer, Francisco de Oliveira. “Resolvemos também fundar um centro de debates, onde Fernando Henrique chegou a aparecer algumas vezes, mas já bastante crítico em relação a nós, antigos socialistas, que visivelmente lhe parecíamos saudosistas” (CANDIDO, 1988, p.14).

em vigor. Todavia, avançar rumo à sedimentação de novos espaços políticos era tido, por ele, como essencial na luta aguerrida que se teria de travar nos anos seguintes.

Aqueles que se empenhavam pela democratização do país deviam enfrentar, então, muitos desafios, ou seja, tanto aqueles ligados aos bloqueios institucionais que restringiam a liberdade de pensamento, o direito de informação e a comunicação, quanto os relacionados ao direito de organização política de toda a natureza. Numa entrevista em 1974, ele afirmava que as universidades estavam sofrendo ações externas repressivas que sintetizavam o nível de dificuldades que deveriam ser enfrentadas nesse processo de construção da democracia nos anos posteriores. O autoritarismo estava encastelado nas instituições e, até mesmo, nos indivíduos. A repressão vigia sob várias roupagens e aspectos, os quais tendiam a

se tornar internos, incorporando-se à instituição como algo normal. Por exemplo, é sabido que na Universidade estamos não apenas permeados de espões e delatores em todos os níveis, mas que há notórios agentes de segurança calmamente instalados, dando palpites, fiscalizando contratos, vetando a admissão de docentes, proibindo conferências e reuniões, como se fossem autoridades universitárias (através das quais procuram atuar). O perigo maior é que vão sendo considerados como parte do corpo universitário, porque a instituição os aceita, ou não os rejeita. E aí têm vocês um caso do que chamo de defeito de origem externa, que redundava em restrição da liberdade de pensamento. (CANDIDO, 1974, p.15).

Essa conjuntura repressiva vigente na década de 1970 exigia, segundo ele, um engajamento que ativasse a consciência política. As atividades políticas, diz ele, foram retomadas com a formação de um novo partido de esquerda e de centros de debates, conforme o que se tentou criar em 1977. Tais espaços de discussões que reuniam intelectuais, padres, operários entre outros, tinham exatamente esse objetivo de ativar uma consciência em favor da democratização da sociedade brasileira. Vê-se, então, que Cândido valorizava sobremaneira, como fazia na década de 1950, a emergência de agentes sociais que fossem capazes de adentrar a arena política e pressionar os setores dirigentes para atuarem em favor da descompressão. Ele insistia em ações que juntassem todos os segmentos progressistas na luta contra todas as formas de intolerância e de opressão.

A ativação da consciência política era também o único remédio contra a falácia da transição que se havia instalado dentro da ditadura militar. No artigo *O tempo do contra* (2002d), ele argumentava sobre a necessidade de criar, no país, uma cultura do contra que rompesse com uma cultura alternativa pautada na mistura do contra com a do a favor. Sem uma enraizada cultura do contra não haveria como contestar o processo de abertura que se havia instalado no país na década de 1980. Um dos problemas do Brasil era a dificuldade de formar uma postura efetivamente contra a ordem política estabelecida, já que persistia, há séculos, uma mentalidade que tradicional-

mente trabalhava visando repelir as perspectivas radicalmente contrárias.

O empenho para rechaçar posicionamentos dotados de radicalidade foi uma constante no país. Sílvia Romero (1910; 1910^a) e Manoel Bomfim (1993), no final do século XIX e início do XX, foram exemplos do desenvolvimento de posturas aguerridamente contestadoras. E o que os definia como homens da ação radicalmente contra os encaminhamentos políticos vigentes? Suas posturas anti-oligárquicas, num momento em que a oligarquia dominava inteiramente a cena política.

O livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, expressava também uma postura radicalmente contrária ao autoritarismo e ao paternalismo vigente no país, segundo Antônio Cândido. Ao se opor fortemente à estrutura autoritária vigente, essa obra se constituiu num marco para pensar a democracia no Brasil.

Conquanto tenha havido, no passado, algum fermento para o desenvolvimento de posturas radicalmente contrárias, pode-se dizer que prevaleceram, no país, posições em que o contra e o a favor se misturavam, isto tanto no âmbito do pensamento quanto no da ação, criando-se uma cultura política que se situava entre uma coisa e outra. Mas o regime militar havia ajudado a perpetuar essa mentalidade osciladora entre o a favor e o contra? Antônio Cândido não respondeu a essa questão, porém, pode-se dizer que a ditadura adotou uma estratégia – formulada pelos ideólogos da Escola Superior de Guerra e denominada de estratégia psicossocial – que visava conquistar as mentes dos brasileiros para o projeto político colocado em curso pelo regime, o qual objetivava eliminar todas as posturas contrárias. Os dirigentes militares afirmavam só caberem dentro de seu projeto de nação aqueles que não atacassem a ordem estabelecida por eles (REZENDE, 2001).

Talvez fosse por isso que havia tanta dificuldade, na década de 1980, de formação em grande número, já que em pequeno número havia, de agentes sociais questionadores da forma como a transição política ia se impondo através de amplos controles dos condutores da ditadura.

Essa abertura política que é uma espécie de conta-gotas que, em grande parte, tem uma função de mascaramento da realidade, porque à medida que se abre alguma coisa dá-se a impressão de que as coisas melhoraram realmente em excesso, que o regime de fato se alterou essencialmente, quando nós sabemos que não é verdade. Mas essa abertura corresponde a uma aspiração nossa. Então, esta abertura é dada, não porque o governo a queira, evidentemente, mas porque todos nós, cada um na medida de suas forças, cada um no seu campo, fez alguma coisa contra a censura, contra a opressão, contra a ditadura. Então graças a isso veio alguma atenuação. De maneira que é preciso agora perceber que nós temos, daqui por diante, nessa fase da cultura brasileira, de nos compor dialeticamente com a mentalidade do contra (CÂNDIDO, 2002d, p. 364).

Antônio Cândido levantava, nessa sua referência à transição política,

no mínimo três questões importantes. A primeira dizia respeito ao fato de os condutores do regime fazerem um enorme esforço para controlar inteiramente a transição democrática, a segunda consistia em que esse controle não significava que a transição se dava em razão da vontade dos dirigentes, mas sim em decorrência da atuação política daqueles atores sociais que agiam na arena política exigindo a descompressão. A terceira referia-se à necessidade de potencialização de uma cultura política capaz de rechaçar o conservadorismo que estava emergindo naquela conjuntura.

Há nessa forma de analisar o processo político em curso, na década de 1980, um rompimento tanto com a idéia de que a transição era obra somente dos condutores do regime, quanto com a idéia de que já havia, nas décadas de 1970 e 1980, grupos capazes de adentrar a arena política e de desenvolver ações irreversivelmente construtoras de uma sociedade mais democrática e inclusiva. A ação política contestadora do regime tinha sido, sem dúvida, importante, mas havia, além disso, a necessidade de percorrer um longo caminho para derrotar a cultura e as ações conservadoras que estavam vindo embaladas por um otimismo desmedido quanto aos rumos do país nos anos posteriores.

A era da ditadura, do autoritarismo, ainda não havia sido derrotada inteiramente em meados da década de 1980. Antônio Cândido indicava que muito ainda teria de ser feito para que isso ocorresse, de fato. É interessante destacar que ele dava uma exata dimensão do quão longo seria o processo de mudança capaz de construir a democracia, ao indicar que isso só seria possível se fossem lançadas as bases de uma modificação da mentalidade política vigente. Na verdade, ele retomava um debate feito exaustivamente por Fernando de Azevedo (1958, 1996, 1994, 1962) antes do golpe de 1964. Para este último, a compreensão sociológica da vida política e de suas possibilidades de mudança passava pelo desvendamento não só do padrão de organização social e econômico, mas também do padrão de cultura que sedimentou uma dada mentalidade coletiva.

Antônio Cândido estava de acordo com Fernando de Azevedo quanto à necessidade de dar atenção ao tipo de mentalidade vigente no país para compreender os seus (des)caminhos políticos. Todavia, há algo que os separava inteiramente. Aquele primeiro era muito mais otimista que o segundo, ao menos na obra *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*, quanto à possibilidade de constituição de uma mentalidade, de fato, renovada quanto aos procedimentos políticos. Para Fernando de Azevedo era visível que os novos grupos que adentravam a arena política, a partir do processo de urbanização e de industrialização, mostravam-se reféns de uma dada configuração cultural que mantém as atitudes políticas presas a diversas formas de desmandos personalistas e autoritários. A cultura política conservadora permanecia quase que intacta. Nesse caso, como ser otimista quanto a nossas possibilidades de transfiguração social, indagava

Fernando de Azevedo?

Antônio Cândido dizia que “não era pessimista a longo prazo, eu sou sempre pessimista a prazo curto. A longo prazo eu acho que nós devemos ser otimistas.”²⁴ (CÂNDIDO, 2002d, p.375). No entanto, alguns pensadores como Fernando de Azevedo, Raymundo Faoro (1989) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), ao esmiuçarem o padrão de domínio vigente no país, defendiam a necessidade de investigar que razões haveria, no país, tanto para o otimismo quanto para o pessimismo. A constatação da vigência de um padrão de domínio que tem mantido um núcleo duro voltado para a refutação da constituição de uma esfera pública capaz de expressar os interesses coletivos é apresentada como motivo suficiente para duvidar de posturas fatalmente otimistas.

Não que Antônio Cândido fosse fatalmente otimista, todavia suas breves observações acerca da transição política deixavam transparecer uma confiança enorme nas forças sociais, surgidas a partir da década de 1970, e na possibilidade de emergência de uma cultura política contestadora e capaz de inovar em relação a procedimentos democráticos, mas sempre levando-se em conta a enorme dificuldade de inovar a cultura, os valores e a mentalidade.

Se nós estamos entrando efetivamente numa era de conservantismo, temos que ser contra, temos que afiar as nossas armas, temos que, culturalmente e politicamente nos preparar para ser contra essa tendência das classes dominantes, que vêm forçar os controles de conservação. Nós temos que, a cada momento, manter o contra como a possibilidade de abertura democrática. Temos que manter o contra como única possibilidade de propor a questão da democracia, que é o caminho para a igualdade, que é o que realmente interessa. (CÂNDIDO, 2002d, p.375).

Observe-se que, nessa fala, ele está ressaltando que a luta pela democracia é a luta pela igualdade. E mais adiante, neste mesmo texto intitulado *O tempo do contra*, ele salienta que a luta contra o oligarquismo e o conservadorismo poderia ser desencadeada também por segmentos médios e por pequenos burgueses. Há, então, uma reiteração de sua postura – já externalizada na entrevista publicada na revista *Transformação* em 1974 – de que alguns setores médios podem ser portadores de uma radicalidade política transfiguradora. A abertura política da década de 1980 tinha também que contar com a lucidez de alguns segmentos médios para combater os desmandos oligárquicos ainda em voga no final do século XX. Num artigo de 2005 ele reiterava as palavras de Paulo Emílio Salles Gomes pronunciadas em 1947, no Manifesto da UDS (União Democrática Socialista),

²⁴ Detecta-se, nessa passagem, uma proximidade entre Antônio Cândido e Gilberto Freyre. Este último insistia que a análise histórica de longa duração fornecia, aos brasileiros, motivos de sobra para o otimismo. Sobre isso, ver: (Rezende, 2001).

“Na história do liberalismo e da pseudodemocracia do Brasil, os grandes fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros já falaram muito. A classe média e o operariado disseram algumas palavras. Os trabalhadores da terra são a grande voz muda da história brasileira” (GOMES apud CANDIDO, 2005, p.6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Merece destaque nas discussões de Antônio Cândido sobre a democracia no período da abertura política (1980-1985) à sua insistência na necessidade de que aflorasse uma mentalidade política coletivamente favorável à expansão dos procedimentos democráticos. Somente assim era possível dar mais e mais substancialidade às pressões que algumas forças organizadas vinham fazendo ao regime militar em vigor. A consistência e a durabilidade das ações políticas construtoras de uma sociedade que pusesse em xeque a exclusão dependia da formação de uma cultura política capaz de se opor intermitentemente ao autoritarismo arraigado na sociedade brasileira.

Com esse tipo de preocupação, Antônio Cândido tocava numa das chagas principais da dificuldade de formação de processos duradouros de transformação da sociedade brasileira. Sem a emergência de valores fortemente democráticos ficava muito difícil expandir atitudes capazes de combater o autoritarismo, o personalismo e o oligarquismo potencializados pela ditadura militar. A questão posta por ele era a seguinte: Como as forças que se organizavam politicamente, nas décadas de 1970 e 1980, poderiam se encorpar de maneira a ir produzindo um novo projeto social para o país?

Isso somente seria possível se as novas forças sociais, que surgiam na arena política, se mostrassem capazes de combater os arcaísmos de nossa formação social (CÂNDIDO, 2005, p.6). A verdadeira democracia, aquela que se pauta, de fato, pela igualdade e pela liberdade, somente poderia advir de uma luta incansável contra todas as formas de exclusão.

Todavia, a luta pela democracia era também a luta por encontrar fórmulas adequadas à realidade brasileira, marcada pela extrema desigualdade social e pela incomensurável exclusão política. Isso indicava quão árduo seria o caminho, ainda, a percorrer. Por isso, todas as forças progressistas deveriam estar dispostas a envidar esforços nesse processo de combate às mazelas sociais e aos vícios políticos. Mas não se pode esquecer que Antônio Cândido apresenta, na década de 2000, em artigos e/ou entrevistas publicados na *Folha de S. Paulo* (CANDIDO, 2001; 2002; 2004), algumas hesitações quanto à efetivação de processos políticos capazes de suplantar os vícios e os procedimentos que têm, ao longo da história do país, impedido o florescimento da democracia.

Ao comentar a possível aliança PT/PL que se delineava em 2001, em

razão das eleições de 2002, Candido tentava, ao mesmo tempo, passar a idéia de que tal combinação responderia aos objetivos imediatos de conquista do poder, mas também deixava transparecer uma dúvida quanto à possibilidade de que tais acertos pudessem levar ao abandono de ideais e à transformação da “tática do momento em princípio diretor (como faz a maioria dos partidos)” (CANDIDO, 2001, p.5).

Mesmo insistindo que isso não iria ocorrer em vista de uma habilidade política dos condutores do partido que sabiam perfeitamente combinar a “busca do futuro e a injunção do momento num esforço simultâneo” (CANDIDO, 2001, p.5), percebe-se que Antônio Cândido se empenhava, na condição de intelectual do PT, em alertar seus membros sobre a responsabilidade que recairia, caso o partido chegasse ao poder, sobre todos os ombros que se haviam empenhado na gestação de um partido que tinha como objetivo a luta contra as desigualdades e as exclusões sociais. Se a aliança do PT com o PL reproduzisse a eterna busca por interesses pessoais e imediatos, era óbvio o fracasso da luta contra as mazelas sociais. Por isso, ele alertava sobre a necessidade de “modular a atividade política distinguindo bem o que é transitório e o que é alvo final” (CANDIDO, 2001, p.5).

Com as contemporizações e as alianças em curso na década de 2000, o PT poderia, sim, descaracterizar. Esse era um risco iminente. Porém, no seu entendimento, não havia como fugir desse perigo. Sendo extremamente otimista, ele supunha, em 2001, que havia grandes possibilidades de o partido dos trabalhadores não sucumbir aos vícios políticos brasileiros, caso chegasse ao poder em 2002. No texto *Um presidente e muita esperança*, redigido logo após a vitória de Lula para a presidência, Candido mostrava-se extremamente preocupado em assinalar que havia, naquele momento, condições para um combate diuturno contra as desigualdades e as exclusões (econômicas e políticas) e, portanto, contra os vícios arraigados na vida política brasileira.

E baseado em que elementos ele constatava isso? Por causa da ação de setores das classes médias²⁵ engajadas em projetos de mudança (vide aqueles que atuavam no âmbito dos partidos de esquerda), a postura das classes trabalhadoras urbanas que possuem, segundo ele, condições políticas de “manter relações de paridade política com os outros setores da sociedade” (CANDIDO, 2002, p. 13) e a postura dos trabalhadores rurais que “desde experiências como a das Ligas Camponesas dos anos de 1950 até o combativo Movimento dos Sem-Terra” deixaram de ser “barro submisso na mão dos latifundiários para tornar-se força viva e decisiva na vida nacional” (CANDIDO, 2001, p.13).

Para finalizar essas considerações, é necessário dizer que, em 2004,

²⁵ Antônio Cândido faz uma afirmação que merece ser amplamente discutida. Ele diz que, nas últimas décadas, setores das classes médias radicalizaram politicamente, mesmo sem politização propriamente dita. (CANDIDO, 2002, p.13).

Antônio Cândido não se mostrava tão convicto quanto à possibilidade de que relações mais democráticas, entendidas como fruto do fortalecimento do combate às exclusões, realmente se efetivassem. E para ele o fundamento de tais dificuldades constituía-se em razão das injunções internacionais e dos compromissos assumidos no passado pelo Estado brasileiro. Ele parecia conformado tanto com o fato de o PT ter de assumir um caráter mais rotineiro (isto é, com práticas semelhantes às dos demais partidos) quanto com a inevitabilidade da política de compromisso que se impunha ao governo Lula.

Ao ser indagado se dava ou não razão ao ex- presidente Fernando Henrique Cardoso que dizia que o PT estava refazendo o patrimonialismo no país, “dando-lhe um caráter de clientelismo mais partidário”, Cândido rechaçava inteiramente essa tese em nome de uma suposta linha ideológica do PT que teria na sua base a repulsa ao patrimonialismo. A pressa de rechaçar tal argumento dava a impressão de que a convicção ideológica bastava para afastar o PT das mazelas políticas que têm grassado na sociedade brasileira. Se todos os governos, que se formaram a partir do regime militar, têm tido como traço comum tanto a manutenção de práticas oligárquicas, clientelistas, personalistas e patrimonialistas, quanto a política de compromissos (as inúmeras alianças e coalizões), ele teria, então, de responder como as ações conciliadoras do PT com os segmentos fisiológicos e arcaicos não iriam reproduzir os mesmos vícios políticos. Na atualidade, há um fato inegável que pode ser assim exposto: quanto a procedimentos políticos não há qualquer novidade nas ações do governo petista. O arcaísmo político sobrevive firme, basta analisar demoradamente o cotidiano da prática política. Nas entrevistas, depoimentos, falas, artigos a que se teve acesso por ora, nesta pesquisa, Antônio Cândido não aborda, em detalhes, esse problema.

O esclarecimento sobre o caráter clientelista, personalista, populista, patrimonialista do governo Lula somente poderá ser feito com base em uma ampla pesquisa sobre os procedimentos políticos que impulsionam as ações do grupo no poder, na atualidade. Antônio Cândido, diante do desafio de pensar os procedimentos políticos, procura uma saída bastante usual: justificar, em razão de um compromisso abstrato em torno do combate às desigualdades e às exclusões, modos de agir de dirigentes políticos que dão sobrevida às práticas arcaicas e negadoras da construção de uma sociedade democrática.

Encerra-se este artigo com a questão, posta na introdução, que embasará outros estudos: Não estaria sendo inteiramente abandonado – nas décadas de 1990 e 2000 em nome de uma política de compromissos, de conciliações, de combinações, de contemporizações que injeta mais e mais vida nas veias de um padrão de domínio que tem reiterado inúmeros procedimentos não-democráticos em vários âmbitos da vida social – o desafio,

insistentemente colocado por Antônio Cândido desde 1945, de construção de sujeitos políticos capazes de intervir, de fato, na arena política?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Max. *Democrazia e consigli operai*. Roma: Riuniti, 1970.
- _____. *Democrazia política e democrazia sociale*. Roma: Riuniti, 1945.
- AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro/Brasília: UFRJ/UNB, 1996.
- _____. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- _____. *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- BENEVIDES, Maria Victória M. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 37.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- _____. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- CÂNDIDO, Antônio. Memória: Antônio Cândido – militância por consciência: entrevista. *Revista Teoria e Debate*. São Paulo, n.2, mar. 1988. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php>> Acesso em: 19 dez. 2006.
- _____. Entrevista. *Trans/Form/Ação*: revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Assis, n.1, p.9-23, 1974.
- _____. Socialistas, comunistas e democracia no pós-guerra. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n.20, p.7-21, 2006. Entrevista realizada por José Pedro Renzi no início da década de 1990.
- _____. A situação brasileira. In DANTAS, V. (Org.) *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, p. 337-346, 2002. Artigo publicado na Folha Socialista, n.1 de 27/11/1947 e n.2, de 15/12/1947
- _____. O Congresso dos Escritores. *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 97-101, 1992.
- _____. Integralismo=fascismo? *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.109-122, 1992a.
- _____. O ato crítico. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, p. 121-137, 1989.
- _____. Radicalismos. In: *Estudos Avançados*, São Paulo: v.4, n.8, p.4-18, jan.abr, 1990.
- _____. Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado. In: DANTAS, V. (Org.) *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, p.360-364, 2002b.. Texto publicado originalmente em *Posições socialistas*, em 1949. Folheto do Partido Socialista Brasileiro.
- _____. O parlamentarismo. In: DANTAS, V. (Org.) *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, p. 365-368, 2002c. Publicado originalmente na Folha Socialista em 1953.
- _____. O tempo do contra. In: DANTAS, V. (Org.) *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, p. 369-379, 2002d. Publicado originalmente no Folhetim, n.68. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 maio 1978.
- _____. Sobre violência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1991. CA, p.3.
- _____. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- _____. Florestan e o MST. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jan. 2005. CA, p.6.

_____. Aliança é combinação transitória, diz Candido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 out. 2001. CA, p.5.

_____. Um presidente e muita esperança. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 out. 2002. Ca, p.13

_____. Pobres vão sentir falta de Marta, diz Candido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 nov. 2004. CA, p. 11.

COLE, George Douglas. *História del pensamiento socialista*. V.3. México: Fondo de cultura econômica, 1985.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

HOBSBAWM, Eric. (Ed.) *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. et al. Dossier sobre o eurocomunismo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº4, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

KONDER, Leandro. A sabedoria humilde na firmeza do engajamento. In D'INCAO, Maria Ângela; SCARABOTOLLO, Eloísa Faria. (Orgs.) *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antônio Cândido*. São Paulo: Companhia das Letras, p.319-324, 1992.

LAFER, Celso. As idéias e a política na trajetória de Antônio Cândido. In D'INCAO, Maria Ângela e SCARABOTOLLO, Eloísa Faria. F. (Orgs.) *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antônio Cândido*. São Paulo: Companhia das Letras, p.271-296, 1992.

MARRAMAO, Giacomo. Política e complexidade: o Estado tardo-capitalista como categoria e como problema teórico. In HOBSBAWM, E. J. (Org.) *História do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 131-220, 1989. V.12

MARTINEZ, Augustín. Radicalismo e latino-americanismo. In D'INCAO, Maria Ângela; SCARABOTOLLO, Eloísa Faria. (orgs.) *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antônio Cândido*. São Paulo: Companhia das Letras, p.297-318, 1992.

MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

PEREIRADA SILVA, Gastão. *O Brigadeiro Eduardo Gomes*. Rio de Janeiro: Panamericana, 1945.

PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do grupo clima em São Paulo: 1940-1968*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB, 1989.

REALE, Miguel. Descaminhos da esquerda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1991. CA, p.3.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Eduel, 2001.

REZENDE, Maria José de. A otimização do passado e a idealização da mudança social em Gilberto Freyre. *Revista de Ciências Humanas*, UFSC, Florianópolis, v.29, p.9-34, 2001.

_____. A análise de Antônio Cândido: o papel das idéias e do pensamento no processo de geração da mudança social. *Cinta de Moebio*, Santiago (Chile), n.29, p.194-210, 2007. Disponível em: www.moebio.uchile.cl

ROMERO, Sílvio. As oligarquias e sua classificação. In: *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Chardron de Lello & Irmão, 1910.

_____. Nosso maior mal. In: *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Chardron de Lello & Irmão, 1910^a.

TELO, Mário. Teoria e política da planificação no socialismo europeu entre Hilferding e Keynes. In: HOBSBAWM, Eric (Org.) *História do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 135-197, 1987. v. 8.

212 REZENDE, Maria José de. O olhar de Antônio Cândido sobre a vida política...

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

ZANGHERI, Renato. Entre a crise do capitalismo e o novo socialismo no ocidente. In

HOBBSBAWM, Eric (Org.) *História do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 221-280, 1989.

v.12